



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR AS MUDANÇAS PROPOSTAS PELA PORTARIA 850/2024, DO DETRAN/SC, E SEUS IMPACTOS SOBRE OS CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES E A POPULAÇÃO CATARINENSE, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 9H30MIN, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Daniel Anderson dos Santos) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública requerida pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual Lunelli, por intermédio da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura da Assembleia Legislativa do Estado, que tem por objetivo discutir as mudanças propostas pela Portaria nº 850/2024, do Detran de Santa Catarina, e seus impactos sobre os Centros de Formação de Condutores (CFCs) e a população catarinense, considerando a necessidade de estabelecer normas e procedimentos para disciplinar o credenciamento dos Centros de Formação de Condutores e de seus profissionais para a prestação dos serviços de formação, atualização e reciclagem de candidatos a condutores de veículos automotores e elétricos no âmbito do Estado de Santa Catarina, conforme preceitua o artigo 156, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Para compor a mesa de autoridades, convidamos o excelentíssimo senhor Vice-Presidente da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Sérgio Guimarães; o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Nilso Berlanda; o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Emerson Stein; o senhor presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina, Clarikennedy Nunes; o senhor vice-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina, Ricardo Miranda Aversa; e a senhora presidente da Associação de Trânsito do Estado de Santa Catarina, Yomara Julita Ribeiro (*palmas efusivas da plenária*).

Convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Sérgio Guimarães, Vice-Presidente da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura da Alesc, para proceder à abertura oficial da audiência pública e presidir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Muito bom dia, obrigado pela presença de todos vocês que vieram de quase todo o Estado. Quero cumprimentar os meus colegas Deputados, o Emerson Stein, o Nilso Berlanda; o presidente Kennedy; a Yomara; e o General Miranda.

Gente, nós fomos procurados em nosso gabinete há um tempo a respeito dessa demanda que afeta todos vocês, empresários que estão na ponta. Nós tentamos entender o problema e nada mais justo do que trazermos à mesa as partes interessadas, porque a Assembleia Legislativa é a Casa do debate e do diálogo para que haja um entendimento entre vocês, o Detran e a Atraesc, e que no final a ponta seja beneficiada, a ponta são vocês, os geradores de emprego, e a população principalmente.



Este é um debate sobre as alterações introduzidas pela Portaria nº 509/2024, do Detran, que, por sua vez, recebeu novas alterações pela recente publicação da Portaria nº 850/2024, que, como eu disse, têm causado preocupação entre os profissionais do setor de trânsito.

Fizemos aqui algumas notas. A Portaria nº 509/2024 dispõe sobre o credenciamento dos Centros de Formação de Condutores e de seus profissionais para a prestação dos serviços de formação, atualização e reciclagem de candidatos e condutores de veículos automotores e elétricos em Santa Catarina, e foi alterada, como eu disse, pela Portaria nº 850, de 13/11/2024.

A Atraesc, que é a Associação de Trânsito do Estado de Santa Catarina, faz algumas reivindicações: limitação da intervenção do órgão estadual, o Detran, nas questões financeiras e comerciais das empresas privadas, o que fere o livre comércio; melhoria na política pública de trânsito em Santa Catarina; uso compartilhado de imóveis de edificação mista; índice de liquidez, pois segundo a Atraesc há interferência excessiva do Estado na gestão financeira das empresas privadas; QR Code e outros critérios, já que a nova portaria mantém exigência declarada inconstitucional.

Segundo a Atraesc, abre aspas, “não compete ao Detran acompanhar a avaliação de empresas e utilização de câmeras na pista de motos”. Há ação judicial julgando parcialmente procedente o pedido da Atraesc, indicando inconstitucionalidade em alguns pontos da antiga Portaria nº 509/ 2024.

Neste momento, quero passar a palavra aos meus colegas Deputados, Emerson e Berlanda, para também saudarem todos os nossos convidados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL EMERSON STEIN – Bom dia a todos. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa.

Cumprimento o nosso Presidente, que comanda esta mesa, Deputado Sérgio Guimarães; o Deputado Berlanda; o General Miranda; e a presidente da Atraesc, Yomara.

Como falou o Deputado Sérgio Guimarães, quero parabenizar o Deputado Antídio Lunelli, Presidente da Comissão de Transportes, por esta iniciativa da Comissão, por trazer esta demanda para a Assembleia a fim de ouvir os integrantes que fazem parte da Atraesc, que também é uma Associação importantíssima em Santa Catarina, discutir as reivindicações da Associação, aquelas já colocadas pelo Detran. É preciso entendermos bem a situação de cada portaria que é lançada. A outra Associação já deu o seu parecer, mas a Associação que aqui está, a Atraesc, não ficou contente. Então, temos que ouvir todos para que os Deputados possam, sim, levantar essas demandas, essas questões e levar ao Detran para que possa revisar.

Eu sou filho de despachante e sei da dor do despachante, de uma autoescola quanto a sua sobrevivência no dia a dia para sustentar a sua família, para gerar emprego e para se manter nesse mercado, que não é fácil, é difícil. O despachante hoje está com grandes dificuldades, mas o Detran tem, sim, auxiliado. E agora as autoescolas também passam por esse período e precisam se adequar às portarias para que todos estejam contemplados, tanto aqueles que prestam serviços, como aquele que os mantêm, que é o Detran de Santa Catarina.

Então vamos ouvi-los e, com certeza, vamos tratar este tema com muita importância aqui na Assembleia Legislativa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Obrigado, Deputado Emerson.

Passo a palavra para o Deputado Nilso Berlanda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NILSO BERLANDA – Quero cumprimentar o Deputado Sérgio Guimarães, que neste momento preside esta importante reunião; o Deputado Emerson, que também faz parte e convive com os problemas de toda a categoria; o meu amigo Kennedy Nunes, como Parlamentares já tivemos um mandato aqui juntos e aprendi muito com esse grande líder – e há pouco eu falava com o



Kennedy e ele me dizia que fazia questão de fazer as colocações com transparência –; o General Miranda; e a nossa grande líder Yomara, juntamente com o seu esposo Ricardo.

Kennedy, nós, durante a campanha do Governador Jorginho Mello, tivemos uma reunião com o então candidato a Deputado Federal Jorge Goetten, junto com o candidato a Senador Jorge Seif e com o Governador no Hotel Castelmar, não lembro o dia, num sábado à tarde, com o auditório cheio, e o Jorginho Mello dizia para todos: se nós ganharmos a eleição, vocês podem contar comigo.

Eu lembro que fomos chamados: o candidato ao Senado, o candidato Berlanda e o candidato a Deputado Federal para assinar um termo comprometendo-nos a dar uma grande atenção às autoescolas. Por isso estou aqui hoje, Kennedy, dizendo e abonando as palavras do Governador Jorginho Mello. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Rafael José de Souza*]

Logo depois o sempre Deputado Estadual Kennedy Nunes assumiu o Detran e tenho certeza de que por meio do diálogo, da conversa e do debate chegaremos a uma conclusão em que todos sairão tranquilos daqui. Parabéns à Associação pela iniciativa de criar este ambiente de discussão; é disso que precisamos. Este é o Parlamento catarinense, o próprio nome já diz tudo, vamos falar, vamos conversar, vamos esclarecer e vamos fazer. Tenho certeza de que todos sairão daqui, hoje, mais tranquilos do que chegaram.

Aproveito para cumprimentar o nosso pessoal de Curitiba que está representando as autoescolas e estendo os meus cumprimentos a todas as demais lideranças de autoescolas presentes.

(Palmas.)

O SR. Deputado Estadual Emerson Stein – Presidente, em tempo, gostaria de registrar e agradecer a presença do Kennedy Nunes. Desculpe, não o vi aqui na mesa, perdão, uma grande liderança, nosso Deputado também, que, com certeza, ouvirá atentamente todas as demandas que serão apresentadas pela Atraesc.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Obrigado, Deputados Nilso Berlanda e Emerson Stein.

O Deputado Nilso Berlanda foi muito feliz ao dizer que torcia para que todos vocês saíssem daqui, hoje, com o coração mais aliviado, mais tranquilo e que voltassem para as suas empresas e as suas cidades com o entendimento de que o presidente Kennedy, do Detran, de fato tinha vindo até aqui para ouvir. E que se houvesse necessidade de rever algo, que fosse revisto, que se sentem à mesa para que vocês sejam contemplados também.

O sindicato foi convidado, mas não compareceu. Porém acredito que já tenham sido contemplados, não é? Vocês, por outro lado, estão aqui, lotaram o plenário e vieram de várias partes de Santa Catarina.

Neste momento, passo a palavra para a presidente da Associação de Trânsito do Estado de Santa Catarina (Atraesc), senhora Yomara Julita Ribeiro, pelo tempo de até dez minutos.

A SRA. YOMARA JULITA RIBEIRO – *(Passa a ler.)*

“Excelentíssimo Presidente, Deputado Sérgio Guimarães, nobres Deputados Emerson e Berlanda, excelentíssimo presidente Kennedy, General Miranda, todos os demais presentes, funcionários e proprietários dos Centros de Formação de Condutores do Estado de Santa Catarina, é com profunda indignação, mas também com esperança, que eu me dirijo a esta Comissão e a cada um de vocês que, hoje, são proprietários dos CFCs e que carregam nos ombros o fardo de empreender em Santa Catarina e de lutar por um futuro melhor para este Estado. Vocês são heróis, heróis anônimos, que enfrentam uma batalha diária para manter as suas portas abertas, gerar empregos e movimentar a economia, mesmo quando o próprio Estado nos vira as costas.



Vocês sabem, hoje, o que é empreender em Santa Catarina? É carregar nos ombros o peso das exigências absurdas, das mudanças constantes de um sistema que parece se alimentar dos esforços dos pequenos empresários.”

(O senhor Deputado Estadual Volnei Weber adentra o recinto e cumprimenta a oradora.)

Bom dia, Deputado Volnei Weber.

(Continua lendo.)

“Em vez de incentivos, encontramos obstáculos. Em vez de diálogo, enfrentamos decisões arbitrárias que ignoram a nossa realidade. Quem aqui, hoje, é contra essa portaria? Pessoal, levante a mão para eu ver.

(A plenária se manifesta favoravelmente levantando a mão.)

Sabem por que isso? Eu estou aqui, hoje, como presidente da Atraesc, mas, acima de tudo, como uma mulher catarinense, sou especialista na área de trânsito e atuo nessa área há mais de dezenove anos, conheço a dor e a conquista de cada um de vocês.

Nesses anos todos, o que eu vejo? A cada troca de governo, novas regras, novas exigências, nova logomarca. Até as logomarcas! Tudo decidido onde? É decidido em gabinete, por quem não sabe o que é fechar as contas de uma empresa no final do mês, trocando as logomarcas como se isso não tivesse um custo para a empresa, como se uma placa, um uniforme, não tivesse custo para o empresário. E quem vai pagar essa conta? É o pequeno empresário, o trabalhador, o povo, que já está cansado de tanto aumento, de tanta burocracia.

Mas o que mais revolta, meus amigos, é a falta de respeito e a falta de diálogo. Esse governo firmou um compromisso conosco, está aqui o documento (*mostra o documento*) assinado pelo Governador Jorginho Mello, um compromisso com a Atraesc.

(Palmas e manifestações efusivas da plenária.)

Ele firmou esse compromisso conosco e este documento, o Deputado Berlanda estava presente, foi assinado na frente de mais de trezentas pessoas; o Governador gravou um vídeo reafirmando o seu compromisso e o compromisso está aqui, é com a Atraesc, é conosco, com quem estava naquela reunião. E, hoje, o que nós vivemos? Vivemos a decepção. Nós precisamos acionar a Justiça para frear as medidas claramente inconstitucionais, porque o diálogo foi inexistente.

Presidente Kennedy, o senhor sabe que houve negativa das nossas reuniões, que não nos ouviu. Ouvir meia dúzia de pessoas em uma reunião sindical, não é dialogar com a categoria.

(Palmas e manifestações efusivas da plenária.)

Eu questiono também, senhor presidente do Detran, onde está o compromisso com o povo catarinense? Eu, como representante de mais de quatrocentos Centros de Formação de Condutores, já solicitei diversas reuniões, e eu não quero uma reunião só comigo, em gabinete de porta fechada, não! Eu quero com todos participando, como está sendo feito aqui hoje, porque todos precisam ser ouvidos, todos participam dessa categoria.

Também pedi para o presidente conhecer a vergonha de alguns locais de teste, como é o caso de São José, onde o exame é feito na rua, em dia de chuva, o pessoal já reclamou diversas vezes, o aluno fica na rua, mas ali o nosso presidente não vai, porque ali não dá mídia, ele só vai onde está bonito.

(Palmas e manifestações efusivas da plenária.)

Nós precisamos de respeito, de seriedade, de compromisso e, mais do que isso, nós precisamos de transparência. E aqui eu faço um alerta para o senhor, senhor presidente, que utilizar um cargo público para promover sindicato é inadmissível. E isso tem nome! Eu pergunto se o senhor conhece as consequências disso perante a administração pública? Porque nós conhecemos! E nós não vamos aceitar isso, porque não é papel do Estado interferir na liberdade sindical!



Pior do que a ausência de diálogo, é aquilo que muitos citam, é o deboche, é gravar vídeos em tom de chacota, é responder que se não estiver satisfeito com o serviço que mude de área. Isso não é postura de um administrador público.

(Palmas e manifestações efusivas da plenária.)

Isso é uma irresponsabilidade. É uma tentativa baixa de jogar o povo contra quem gera emprego, contra quem enfrenta as adversidades econômicas todos os dias.

E como é que o Detran está agindo? Ele nos trata como se fôssemos descartáveis, nivelando a categoria por baixo, sem olhar as particularidades de cada região, sem olhar para as dificuldades enfrentadas pelos empresários de cidades pequenas, para os desafios que variam conforme a realidade local.

Não estamos aqui para defender quem faz coisa errada. Nós queremos que seja punido quem faz coisa errada. Mas nós exigimos respeito também. Eu pergunto a vocês: será que o rigor que nos é imposto hoje, enquanto credenciados, é o mesmo aplicado nos contratos milionários do governo do Estado? E as denúncias que surgem a todo instante? O contrato para alterar o sistema DetranNET, por exemplo, com cifras exorbitantes? E as licitações relâmpago que ocorreram, com prazos ridículos de apenas oito dias, para contratar pontos de atendimento para o Detran? Por que essa pressa? Por que esse silêncio? Será que a régua está sendo a mesma para todos? Eu respondo para vocês: não é!

O pequeno empresário, o trabalhador, o povo que carrega este Estado nas costas tem sido sufocado por um governo que está tentando interferir na autonomia das empresas; ele desrespeita quem faz o certo, quem gera emprego, quem quer apenas trabalhar e contribuir para esta sociedade. Santa Catarina não merece isso! Não merece um governo que, ao invés de construir pontes, cria muros. Não merece um governo que onera a população com decisões mal planejadas, que sufoca o pequeno empresário. Chega de omissão, chega de descaso!

Nós, empresários de autoescolas, trabalhadores e cidadãos, somos a base que sustenta a economia. Somos quem gera emprego, quem paga imposto. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Reinaldo Takashima Ouriques*]

Eu pergunto: cadê a foto e a biometria no CFC? O contrato com a ICE foi renovado em maio deste ano, Deputado Sérgio, foi o 3º aditivo do contrato, um contrato de R\$ 400 milhões, e até agora nada foi feito. O governo disse que o que queríamos eram coisas simples. Então, por que em dois anos nós não tivemos essas coisas simples? Por que o governo não resolveu isso nesses dois anos? E não me venham com desculpas esfarrapadas, dizendo que isso não aconteceu, como foi dito, porque forças contrárias relataram notícia de fato envolvendo um contrato. Se for esse o motivo, senhor Presidente, nós precisamos de uma CPI, já que o contrato do DetranNet não tem nada a ver com o contrato de foto e biometria nos CFCs.

E agora temos a famigerada Portaria nº 850, que foi criada às pressas, de maneira autoritária e sem diálogo – antes era a Portaria nº 509. Um dia após a decisão judicial, numa total afronta ao nosso Judiciário, foi publicada uma nova portaria, a Portaria nº 850, com artigos que já foram declarados inconstitucionais. Sem diálogo, sem consulta, sem sequer informar os setores que lidam diretamente com isso. Hoje os credenciados sabem disso apenas através das mídias sociais do presidente. É isso que virou a nossa administração pública: anúncios midiáticos”...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Mais trinta segundos para concluir.

A SRA. YOMARA JULITA RIBEIRO – “Se tivessem ouvido quem trabalha no CFC, quem já desempenhou todas essas funções, veriam que isso está desconectado da realidade.

A Portaria nº 850 proíbe os Centros de Formação de Condutores de realizar o pagamento de taxa estadual, mas não proíbe outros credenciados como despachantes, Deputado Emerson. A Anac, por acaso, cobra taxa de quem vai comprar uma



passagem paga em separado? Não paga. Por que tiraram isso do CFC? A quem isso prejudica? Isso prejudica o povo catarinense (...).”

(Manifestação interrompida por término do tempo estabelecido.)

(A plenária em uníssono aplaude.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Essas foram as palavras da senhora Yomara Julita Ribeiro.

Quero cumprimentar o nosso colega, Deputado Estadual Volnei Weber; o Vereador do Município de Xanxerê, senhor Sidinei Mesnerovicz; e também o nosso Presidente da Comissão, Deputado Antídio Lunelli, que está chegando agora por aqui.

Passo a palavra para o senhor advogado da Atraesc, Ricardo Gaspar da Silva, pelo tempo de até cinco minutos.

O SR. RICARDO GASPAS DA SILVA – Bom dia, senhor Presidente e Vice-Presidente desta Comissão. Eu gostaria de agradecer pela oportunidade de a Associação poder se manifestar e pelo trabalho desenvolvido por esta Casa, somos muito gratos.

Quero começar destacando a gravidade do caso relacionado à Portaria n° 850. É complicado, gente.

(Passa a ler.)

“É com profundo respeito a este espaço democrático que me dirijo a todos para tratar de um tema que transcende as meras questões administrativas e se insere no campo do respeito às leis e à Constituição, à autoridade do Poder Judiciário. Refiro-me à publicação da Portaria n° 850, de 2024, do Detran, que ocorreu apenas um dia após uma sentença – não liminar, mas sentença – em processo nos autos de um mandado de segurança. Nesse processo vários artigos dessa portaria foram declarados inconstitucionais; não podem ser regidos pelo Detran porque são inconstitucionais.

Vários desses dispositivos, contudo, foram trazidos à tona na Portaria n° 850, publicada um dia após a decisão judicial e um dia após o presidente Kennedy gravar um vídeo dizendo que iria recorrer daquela decisão. Perdemos o duplo grau de jurisdição por causa dessa manobra. Agora, teremos que entrar com um novo mandado de segurança e fazer um novo trabalho. Para quê? Para o governo ganhar tempo e não cumprir a decisão judicial. Que manobra é essa? Cadê o respeito ao Judiciário? A decisão judicial já havia corrigido graves irregularidades, como a exigência de QR Code e a imposição de câmeras de monitoramento de pista e de moto. Mesmo assim, o presidente do Detran insiste em reeditar dispositivos sabidamente inconstitucionais, desconsiderando o papel do Judiciário como guardião da legalidade e da Constituição. Essa conduta reflete não apenas insubordinação à ordem judicial, mas também desrespeito à própria administração pública e aos valores republicanos.

Permitam-me destacar alguns pontos repassados na nova portaria. Primeiramente, a usurpação de competências e de direitos privados. O artigo 3º, inciso II, da Portaria n° 850, ao atribuir ao diretor-geral funções relacionadas à administração financeira das empresas, viola direitos fundamentais de propriedade e de gestão garantidos constitucionalmente. O Detran, enquanto órgão público, não tem competência para interferir em prerrogativas exclusivas da propriedade privada, ferindo diretamente o princípio da livre iniciativa. Exigências desproporcionais e desconexas com a realidade, como dispositivos que proíbem o uso compartilhado de móveis e impõem infraestrutura desnecessária, como banheiros em áreas cobertas e locais de aplicação de provas, são incompatíveis com a realidade de muitos Municípios catarinenses. Além disso, a pista de prova é de competência e responsabilidade do Estado e não do CFC.

Essas medidas não apenas desconsideram as condições locais, mas também impõem custos desarrastados aos CFCs, comprometendo a sua sustentabilidade.

Há um excesso de regulamentação e de violação à liberdade econômica com a imposição de exigências como videomonitoramento, conexão à Internet para chamadas de vídeo e emissão discriminada de notas fiscais, que não competem ao Detran, mas,



sim, ao Estado e aos Municípios. Essas exigências extrapolam a competência regulamentar do Detran e dizem respeito à legislação tributária vigente. Tais normas criam barreiras artificiais ao exercício da atividade econômica, em afronta ao artigo 170 da Constituição Federal, que assegura a liberdade econômica e a livre concorrência.

Restrições injustificadas ao funcionamento dos CFCs, como a vedação de férias coletivas, a obrigação de funcionamento contínuo e a proibição dos CFCs receberem valores de taxas estaduais, interferem diretamente na autonomia administrativa das empresas, prejudicando sua operação sem fundamento técnico ou legal. Afinal de contas, como a doutora Yomara falou, se os despachantes podem, por que os CFCs não podem? Não há base. Ou pode todos ou não pode ninguém!

Reincidências e normas declaradas inconstitucionais. Como nós vimos amplamente divulgando, o Detran insiste em descumprir a ordem judicial ao renovar nesta Portaria nº 850 os mesmos artigos que foram declarados inconstitucionais anteriormente.”

Bem, pessoal, resumidamente é isso. Eu queria agradecer pela oportunidade de estar nesta mesa.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Obrigado, doutor Ricardo.

Antes de passarmos a palavra ao presidente Kennedy, do Detran, eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Volnei Weber e, em seguida, ao Deputado Antídio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER – Bom dia, senhor Presidente da audiência; senhor Presidente da Comissão de Transportes, Antídio Lunelli; nobres colegas Deputados aqui presentes; Yomara, presidente da Associação de Trânsito de Santa Catarina, que já fez visita ao nosso gabinete e já explanou também as suas dificuldades ao presidente do Detran, Kennedy Nunes. Eu quero saudar todos e todas aqui presentes e também aqueles que estão acompanhando esta audiência pública no dia de hoje de forma remota.

Sempre escutei dos meus pais que quando uma pessoa reivindica algo, é uma coisa, mas quando duas pessoas reivindicam a mesma coisa, é importante prestar atenção. E quando muitos reivindicam a mesma coisa, é uma causa da sociedade. Aqui estamos percebendo claramente que o descontentamento é muito grande, e quero acreditar que o que causou tudo isso tenha sido a falta de diálogo. Jamais pode faltar diálogo no meio da nossa sociedade. Quando queremos alguma coisa, temos que nos comunicar, temos que nos relacionar, temos que buscar informação e temos que tomar conhecimento da realidade. [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Janis Joplin Zerwes Lea*]

E eu sempre digo: como funciona o chão de fábrica? O que nós estamos vivendo aqui, agora? Nós estamos aqui presentes no chão de fábrica, onde estão pequenas empresas distribuídas por todos os cantinhos do nosso Estado. Sou empresário e sempre digo aos meus filhos, aos meus colaboradores e, principalmente, ao pessoal do administrativo, que está lá no escritório, no ar condicionado: tirem a bunda da cadeira e vão visitar o chão de fábrica. (*Palmas efusivas da plenária.*)

Digo isso porque se você não entender o que é o chão de fábrica, se as coisas não funcionarem e não tiver produção lá, não tem escritório, não tem ar-condicionado, não tem mesa, porque é lá que a coisa acontece. E eu entendo que a coisa acontece em cada setor de vocês espalhado pelo Estado afora. Com todo o respeito, Kennedy, o Detran é o órgão fundamental, é o mestre, mas nós não somos nada se não tivermos esse exército trabalhando pelos catarinenses, é lógico! (*Palmas efusivas da plenária.*)

Eu peço desculpas porque vou ter que me retirar, nós vamos conduzir a Comissão de Constituição e Justiça, a CCJ, agora, às 10 horas, e já está passando do horário. Mas o meu pedido aqui, presidente, é que restabeleça o diálogo junto à Associação e à Comissão e que, por meio dele, busquemos o equilíbrio. Tendo equilíbrio, as coisas funcionam, fica pujante, crescente e se entrega grandes e bons



resultados. É isso o que eu quero e é desta forma que vou contribuir para fazer com que busquemos esse equilíbrio, combatendo aqueles que não estão exercendo de forma adequada a sua atividade e buscando também a adequação de algumas coisas.

Eu entendo que a nossa casa, mesmo quando fazemos uma nova, um dia vai precisar de uma reforma, ou pelo telhado, ou pela pintura, ou pelas aberturas, ou pelo piso, sempre temos que estar reformando, melhorando. Com a legislação não é diferente. A lei, uma vez estabelecida, não é eterna. O tempo é outro e precisamos sempre nos adequar, estar preparados e, com isso, entendo que muitas vezes precisamos buscar adequação, mas que possa se dar com entendimento, com diálogo, ouvindo os segmentos, debatendo, discutindo e aí, sim, depois de bem discutido e bem debatido, tomar as decisões em consenso. Isso é o que eu espero que aconteça.

Desta forma eu me despeço de vocês aqui deixando o meu grande abraço e pedindo que Deus nos abençoe com paz, com saúde e com muita sabedoria para tomarmos as melhores decisões, para fazermos com que o segmento vá bem e que Santa Catarina vá bem.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Obrigado, Deputado Volnei Weber, que vai ter que se retirar para ir à reunião da CCJ, da qual eu também faço parte, Deputado. Se puder, relate os meus votos lá, fazendo a gentileza, tenho uns doze para relatar lá.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Quebrando um pouquinho o protocolo, eu queria pedir ao Deputado Volnei Weber que agilize o processo do PL dos examinadores, porque nós estamos precisando.

(*O senhor Deputado Estadual Volnei Weber manifesta-se fora do microfone: “Já devolvi vistas.”*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Vistas devolvidas.

Passo a palavra ao Deputado Antídio Lunelli, nosso Presidente da Comissão, a quem eu gostaria de fazer um agradecimento por eu estar presidindo esta audiência.

Acatamos a ideia de fazer esta audiência pública junto com os demais Deputados desta Comissão para que vocês, hoje, estivessem aqui e fossem ouvidos, e eu tenho certeza de que sairemos daqui com um encaminhamento bem bacana. Após a fala do presidente Kennedy, eu informo vocês.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUNELLI – Cumprimento o nosso Presidente da audiência, Deputado Sérgio Guimarães; o nosso presidente do Departamento Estadual de Trânsito, ex-Deputado Kennedy Nunes; a senhora presidente da Associação de Trânsito do Estado de Santa Catarina, Yomara Julita Ribeiro; o vice-presidente do Departamento Estadual de Trânsito, senhor Ricardo Miranda Aversa; o nosso parceiro e companheiro, Deputado Nilso Berlanda; e de forma muito carinhosa também cumprimento o excelentíssimo Deputado Emerson Stein; e o nosso amigo que acabou de sair, Deputado Volnei Weber.

Eu quero desejar boas-vindas a todos e a todas neste momento tão importante, oportunizando este espaço democrático para o bom serviço aos nossos cidadãos catarinenses a fim de que nós possamos, realmente, prestar um excelente serviço simplificando as ações do serviço público. Todos nós queremos o equilíbrio, a facilitação, que o setor público seja mais ágil e que com segurança nós possamos fazer o nosso trabalho.

Quero cumprimentar o Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Santa Catarina (Sindemosc), que também se faz presente...

(*Manifestação fora do microfone inaudível.*)

O Sindicato não está? O.k.

As colocações que o nosso companheiro, Deputado Volnei Weber, fez aqui neste momento tão importante fazem parte do nosso entendimento também. Nós queremos que o serviço público seja prestado com excelência, com rapidez, com



simplicidade e com o menor custo possível para atendermos a nossa população catarinense. E nada melhor do que discutirmos este assunto por meio de uma audiência pública, como estamos fazendo. Eu tenho certeza absoluta de que o que o Governador do Estado de Santa Catarina, Jorginho Mello, o que nós, aqui na Alesc, e também o que o nosso presidente do Detran querem é o dialogo, a conversa, para chegarmos a um denominador comum a fim de que todos sejam beneficiados, principalmente a população que está aí fora e que precisa do nosso atendimento, do nosso serviço.

Então, contem sempre conosco, assim como o senhor presidente Kennedy e a senhora Yomara. Nós estamos aqui para ajudar, certamente com toda a nossa bancada e com todos os nossos amigos Deputados aqui da Assembleia Legislativa.

Fica aqui o meu fraternal abraço e obrigado a todos por este momento tão importante. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Obrigado pelas palavras, Deputado Antídio Lunelli.

Agora, fará uso da palavra o senhor presidente do Detran, Kennedy Nunes, por até cinco minutos.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Bom dia a todos, ao Presidente desta audiência pública e às autoridades já nominadas.

Eu vou bem reto ao ponto. Quando o Governador Jorginho Mello me convidou para estar no Detran, ele me pediu duas coisas: para o Detran ser transparente e acabar com os rolos. Eu achei essa palavra forte e quando assumi a presidência do Detran, fui chamar os locais do Detran que têm ou que poderiam me apresentar os rolos, que são a Ouvidoria, a Corregedoria e o *call center*, são as três formas. O *call center* recebe a reclamação dos nossos clientes de forma geral, a Ouvidoria recebe a denúncia e a Corregedoria faz a correção. E eu fiquei abismado quando fiz esse chamamento e vieram os números; o campeão, naquela época, em maio do ano passado, eram médicos e psicólogos. [*Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

Aí nós fizemos, doutora Yomara, um grupo de trabalho, presidido pelo meu "presidente", que inclusive está de aniversário hoje – parabéns, General –, para o qual foram trazidos cada um dos setores. Então para o caso dos médicos e dos psicólogos foi trazida a portaria, está aqui a Coronel Fátima, a informática e o jurídico também, e assim foi. Fizemos a portaria dos médicos e a das vistorias, para a quais houve o mesmo procedimento aqui, quando fomos convocados para uma audiência pública na Alesc, sendo que depois da audiência foi visto pelos senhores Deputados que estava tudo correto e hoje está funcionando da forma como está, não houve mudança na portaria. E agora chegou a vez da...

(*A senhora Yomara Julita Ribeiro manifesta-se fora do microfone: "Pela ordem".*)

Eu acho que... Eu tenho que falar e não me intrometi na fala dela, não é?

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Gente, vamos deixar ele concluir, por gentileza.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Eu preciso falar. Eu estou falando inclusive para vocês, que são os nossos credenciados, e para os Deputados. Então, se vocês me permitirem falar... Isso não é um debate, é uma audiência pública, e se não conhecem, é bom ler o Regimento, e disso eu sei. (*Vaias.*)

Sabem o que é isso aqui, gente (*mostra documento*)? Isso aqui é o número de denúncias que chega dos CFCs na nossa Ouvidoria. Em torno de 60% das nossas ligações da Ouvidoria, Deputado Berlanda, é de serviço dos CFCs. E sabem qual é a maior causa de denúncia aqui? Assédio moral e assédio sexual.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Espera lá, estou falando em números! E muitas vezes vocês não têm culpa nenhuma sobre essas denúncias. Sabe aquela pessoa que não passou no teste, que



não passou na aula e fica com raiva do instrutor, do diretor? É muito fácil ela ir lá e dizer: eu fui assediada. Como é que o dono do CFC vai poder se defender disso?

Sabem o que eu também tenho aqui em minhas mãos? Essa é a relação (*mostra documento*) de todos os CFCs que, infelizmente... Está aqui: relação dos processos para aplicação de penalidade de cassação credencial. Querem ver o motivo? Venda de CNH falsificada, obtenção de CNH por pessoas analfabetas, improbidade administrativa e por aí vai. Isso aqui é fato.

E o pior é que pelos dados da Corregedoria nós temos mais 97 processos, Deputado Lunelli, para cassar. Esse é o motivo que eu estou trazendo para vocês. Deixem-me perguntar: quantos de vocês nunca passaram pela Corregedoria do Detran? Levante a mão. Quantos nunca passaram?

(Algumas pessoas da plenária levantam a mão.)

Quer dizer que quem não levantou a mão já passou. Então, quem não levantou a mão sabe como é sério o negócio. Sabe o que acontece? Por causa de vocês, que levantaram a mão porque nunca passaram por um processo da Corregedoria, que todos pagam quando esses aqui estão errados. E sabe o que me chama a atenção? Quando a gente cassa algum registro de CFC, quem é que aparece para defender? A Associação, defendendo gente que está fazendo tudo errado.

(Manifestação fora do microfone ininteligível.)

Então assim, eu estou trazendo essa informação por quê? Porque quando nós fizemos o grupo de trabalho para fazer a nova portaria, que o General Ricardo Miranda vai explicar, nós abrimos espaço para todos e estamos fazendo o que está aqui no compromisso, atuar junto ao governo para regulamentar o processo de regulamentação. E muitas coisas que nós colocamos foi a própria Atraesc quem enviou para nós a ideia. E vocês vão ver na apresentação do General que a Atraesc pediu algo e depois foi na Justiça pedir para tirar. Nós acatamos algumas sugestões da Atraesc, da qual depois o jurídico foi à Justiça pedir para tirar – nós temos os documentos aqui para provar.

Encerrando a minha participação, quero pedir que o General depois faça uso da palavra.

(A senhora Yomara Julita Ribeiro manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Gente, só um pouquinho. Audiência pública não tem réplica, tréplica, pois é uma audiência pública. Por mais que o presidente fale algo que vocês não gostem, vocês já tiveram a oportunidade de falar algo que eles também não gostaram. É para isso que serve uma audiência pública, senão nós vamos ficar debatendo o dia todo aqui e ninguém vai chegar a lugar algum.

Eu passo a palavra para o senhor Ricardo Miranda Aversa, que é vice-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (Detran), pelo tempo de até dez minutos.

O SR. RICARDO MIRANDA AVERSA – Obrigado.

Deputado Sérgio Guimarães; Deputado Emerson; Deputado Berlanda; Deputado Antídio; doutora Yomara; presidente Kennedy; prezados credenciados do Detran; nossos colegas lá do Detran, eu preparei uma apresentação e vou tentar passar de forma rápida para mostrar um pouquinho do histórico desse trabalho que foi feito ao qual o presidente se referiu.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

A nossa Resolução 789, do Contran, é a que baliza o assunto em nível nacional e ela diz claramente que compete ao Detran credenciar as instituições, auditar as atividades dos credenciados, manter uma supervisão administrativa, pedagógica e também estabelecer os procedimentos atinentes a isso. E os Detrans poderão estabelecer exigências complementares, ou seja, a resolução já abre a possibilidade de regulamentarmos o assunto.

Aqui (*aponta para a imagem*) um pouquinho do percurso: julho de 2023 foi o início dos trabalhos para a elaboração dessa nova portaria, foi nomeada uma comissão



e esse processo levou praticamente um ano, já que nós trabalhávamos concomitantemente com outras portarias: a dos médicos, a dos CACs e a das SEVs. Em julho essa Portaria 509 foi publicada, motivo desta audiência pública, e já no mês de agosto, no mês seguinte à publicação da portaria, iniciaram-se várias reuniões que foram se desenvolvendo até novembro deste ano com entidades do setor e com credenciados de forma pontual, inclusive credenciados que são associados à Atraesc e que estiveram lá representando o pessoal de Lages e de Itajaí. Sempre recebemos e ouvimos em conjunto.

Estão aqui a nossa diretora de Habilitação, a nossa diretora de Credenciamento, o nosso Jurídico, e saúde aqui também o nosso presidente do Conselho Estadual de Trânsito; o Fábio, da TI, e a nossa coordenadora das agências. E fruto desse trabalho, de agosto a novembro de 2024, foi sendo trabalhada a nova portaria. Em 12 de novembro a portaria já estava pronta, nós tomamos conhecimento da decisão do mandado de segurança, então seguramos ali – trabalhei na noite de 12 para 13 de novembro – para verificar o que já poderia ser acolhido nessa nova portaria, já que ela estava pronta para ser publicada. E assim foi, no dia 13 de novembro a Portaria 850 revoga a 509.

Aqui são regulamentações (*aponta para a imagem*) dentro da história do Estado, já houve a regulamentação por decreto, que foi considerada ilegal porque o Estado não pode legislar em trânsito e, sim, os Detrans, por delegação da Secretaria Nacional. Já houve a Portaria 667, de 2015, que foi basicamente aquela que serviu de subsídio para a atual. Em 2021 o Detran abriu mão muito da regulamentação, o que causou um problema em cima daquela fiscalização que é competência do Detran, delegada pela portaria do Contran.

Então, de 2021 para cá nós tínhamos essa dificuldade e em cima do que o presidente falou, foi nomeado o grupo de trabalho que tinha por finalidade revisar. Todo o trabalho foi feito a partir de um colegiado, o qual eu tive a oportunidade de coordenar, tínhamos ali a coordenadora de Credenciamento, a Habilitação, o Jurídico, a TI, a Corregedoria, a Ouvidoria e um representante da Controladoria-Geral do Estado que integrou o grupo que realizou esse trabalho.

O presidente já falou, eu vou passar em cima do diagnóstico que nós tínhamos de reclamações na Ouvidoria e denúncias na Corregedoria. Nós tínhamos 32% das reclamações da Ouvidoria referentes aos CFCs; e da Corregedoria, na situação atual de hoje, nós temos 97 procedimentos preliminares; desses 97, 15 são em desfavor de CFCs que vão ser avaliados pela nossa Corregedoria.

O grupo de trabalho começou recebendo sugestões do setor e foi criado um *e-mail* específico, sendo que o setor mandou suas sugestões. Temos ali dois exemplos, do Sindemosc e da Atraesc, documentos que foram mandados, analisados e lidos, sendo que várias sugestões foram acatadas na Portaria 509 – chegaram 42 *e-mails*, tanto das associações quanto dos CFCs, individualmente.

Então o que a Portaria 509 trouxe de inovação? Primeiro, criou uma Comissão Permanente de Credenciamento, o credenciamento deixou de ser uma prerrogativa individual, monocrática, de uma pessoa; criou um termo autodeclaratório prévio que seria uma opção do CFC para quem quisesse montar um CFC, submeter um processo antes de fazer seus investimentos para que eles pudessem ter uma sinalização do Detran: olha, isso que você quer fazer está coerente, pode seguir nesse caminho. Também instituiu a renovação de credenciamento a cada cinco anos, o que não existia – não se sabe por que os CFCs eram a única categoria de credenciados que não faziam a renovação quinquenal; manteve a vedação de uso compartilhado de imóveis, o que também causou certa estranheza. [*Transcrição: Júlia Amaral da Rosa / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria*]

Na verdade nós não alteramos nada, apenas regramos para dizer o que seriam centros comerciais e *shoppings*, exigindo uma documentação que comprovasse isso, para evitar que uma casa fosse compartilhada entre CFC, despachante e médico, já



que a resolução do Contran é muito clara e diz que a atividade do CFC tem que ser exclusiva. E a única coisa que dá vantagem a centro comercial e a *shopping* é o uso [compartilhado] do banheiro e do estacionamento, não há nenhum outro benefício a essas entidades que estão localizadas nesses locais. Inclusive a redação ficou mais clara agora na Portaria nº 850.

A questão do QR Code não foi uma iniciativa do Detran, foi uma imposição do Tribunal de Contas do Estado que o Detran fizesse a avaliação dos seus credenciados. Isso não gera custo, é simplesmente colocar um documento que o Detran faz, o sistema de avaliação é nosso, e eu acho que ninguém pode ter medo de ser avaliado.

(Manifestação ininteligível fora do microfone.)

Foi uma imposição do Tribunal de Contas do Estado.

Admitiu que o mesmo profissional pudesse atuar como diretor de ensino e instrutor, essa foi uma mudança da resolução; introduziu a questão da fiscalização da saúde financeira do CFC por meio de uma declaração do contador – nós delegamos essa fiscalização, de certa forma, essa declaração, essa verificação, à própria entidade, e isso também foi uma exigência do Tribunal de Contas, sob pena de multa caso não fizessemos a fiscalização da saúde financeira dos CFCs; estabeleceu a necessidade de índice de aprovação mínima, isso está na resolução; foi vedado ao CFC realizar a cobrança dos valores e das taxas do Detran, e essa medida foi em função do nosso mutirão, nós apresentamos várias vagas para o exame prático e teve alguns CFCs – e não foram poucos – que disseram que não conseguiam colocar os candidatos para fazer o exame porque não tinham dinheiro para pagar as taxas, quando eles já haviam recebido esse valor dos seus candidatos; introduziu o formulário de autodeclaração de conformidade e regras para as pistas, seguindo o modelo do exame prático. Então nós trouxemos um modelo, não é um padrão. A nova resolução trouxe novos modelos para evitar pistas como aquela que aparece ali no canto *(aponta para a imagem)*.

Nós recebemos, nesse período depois da portaria, algumas moções de Câmaras Municipais. Elas tinham o texto padronizado de uma mesma origem, nitidamente, e pediam essa revisão detalhada, que estava sendo feita, e alertavam para um substancial custo para a obtenção da CNH. Apontavam pseudoproblemas nos artigos 1º, 2º e 3º, que são artigos que não dizem nada, apenas colocam a finalidade da portaria, e pediam um diálogo contínuo com representantes dos CFCs, com a Atraesc, especificamente, e com a sociedade civil.

O mandado de segurança do dia 12 trouxe quatorze pontos e, desses quatorze pontos, oito foram negados pela Juíza, houve a impugnação, e meia dúzia deles, seis, foram dados como favoráveis, entre eles está a exigência do nome fantasia, a restrição do compartilhamento de imóveis, o videomonitoramento, a imposição de mecanismos de avaliação de qualidade, que é o QR Code, a substituição de diretores de ensino e a exigência da presença obrigatória do diretor de ensino. Os itens 11 e 12 inclusive já foram alterados na portaria.

Chama a atenção que a parte autora, a Atraesc, sustenta a questão do nome fantasia, quando, na verdade, o documento que nós recebemos em julho do ano passado da própria Atraesc teve um trecho copiado e colado no artigo 10 da portaria, exatamente como estava no documento, dizendo que devem constar contratos, nome social e nome fantasia com a expressão CFC. Esse foi um dos vários itens que foram absorvidos por sugestão da própria Atraesc.

Por fim, tivemos a revogação da Portaria nº 509 e a Portaria nº 850 trouxe algumas modificações, fruto dessa demanda que nós recebemos do setor. A gravação em vídeo passou para seis meses, reduzindo significativamente o custo; foi retirado o caráter opcional de prancha na pista; foi alterada a questão da rede de dados, deixando claro que não é na pista, é só na sede do CFC; banheiro e área coberta, se o CFC fica do lado da pista, não precisa de dois; foram alterados os horários de atendimento; no caso de afastamento de diretores, é possível substituir por trinta dias; a presença de diretor de ensino não é necessária quando houver aulas teóricas; foi retirada a



necessidade de autorização por escrito da inscrição do candidato, ele assina o Renach e está valendo; passou a ser admitida a possibilidade de permanência do instrutor no local – o que antes se negava –, desde que autorizada e a não ser que ele esteja interferindo na questão do exame prático; foi autorizado que o CFC receba as taxas estaduais, exceto naquilo que foi problema na primeira habilitação, mas nos demais casos ele pode receber as taxas de renovação de CNH, o que vai facilitar para o cidadão; o momento de expedição da nota fiscal também foi definido; e uma questão que gerava custo de investimento era a questão das pistas. As pistas já homologadas serão aceitas como válidas e foi concedido um novo prazo, de 180 dias, para a adequação a essas normativas.

Então reafirmamos o nosso compromisso de receber sugestões e trabalhar em prol do setor, dos nossos credenciados.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Obrigado, Ricardo Miranda, que é vice-presidente do Detran de Santa Catarina.

Passo a palavra ao senhor Fernando Scalcon, pelo tempo de dois minutos.

O SR. FERNANDO SCALCON – Bom dia a todos, ao presidente e ao vice-presidente do Detran.

Eu lembro que no dia 29 de maio, eu e outros proprietários estivemos aqui presentes em uma reunião sem nenhuma entidade, apenas buscando interesses da classe. Interesses como a questão da pista de moto, da foto e da biometria. Foi falado que isso estava sendo resolvido e isso foi prometido, de certa forma. Vou dar um exemplo, eu tenho uma autoescola em uma cidade do interior e levo o aluno para fazer uma foto a 50 quilômetros, ou seja, são 100 quilômetros entre ida e volta para fazer uma foto, gente, como muitos aqui, que eu sei que fazem isso também. Vemos alunos com 60 anos, 80 anos passar mal, vomitar dentro do carro, desmaiar e não tem um lugar na delegacia para ficar. E nós aguardando apenas uma foto para a autoescola. Enquanto isso, nós vemos reportagens mostrando locais caros sendo locados e nós sem ter o que nos foi prometido, entendem?

Então, reformulando a pergunta, é sobre a prova teórica e a foto. A pergunta é para o diretor: a implantação de coleta de biometrias, fotos e provas teóricas nos CFCs está sendo desenvolvida por qual empresa? O presidente divulgou um vídeo sobre o teste em um CFC e sabemos que há uma parceria com a Ciasc, mas para qual empresa a Ciasc terceirizou, ICE ou Thomas?

Podemos esclarecer isso, porque estamos aguardando, não somente eu, mas muitos aqui viajaram 600 quilômetros, 700 quilômetros, 800 quilômetros para vir aqui apenas para saber isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Fernando, nós vamos criar uma dinâmica aqui, que é justamente o que combinamos com a Yomara e com o presidente do Detran: à medida em que os inscritos forem falando, o presidente vai anotando e responderá de forma automática, pois como você mesmo falou, vocês viajaram vários quilômetros para sair daqui com a resposta e a dúvida sanada.

Quer responder já, presidente? Já responde e já vamos tocando.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Essa é uma questão na qual nós estamos trabalhando já há algum tempo.

A empresa que hoje ganhou a nossa licitação foi a ICE e nós pedimos para ela nos dar uma proposta, e o que ela nos deu... A determinação do Governador Jorginho Mello é que nos locais em que não tenha Detran, os CFCs façam a prova teórica, a biometria e a foto, e das 295 cidades, 100 cidades não têm CFC, essas não têm como ajudar, mas elas já estão sendo atendidas por cidades mais próximas.

A questão é: tem uma licitação, que é a ICE, nós pedimos para a empresa que presta o serviço e o que ela nos ofereceu? Um veículo que faz uma rota, a cada quinze dias, para fazer a foto, e assim atenderia metade dos Municípios.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)



Calma, gente, calma! Escutem, aprendam a escutar antes de ter qualquer reação. Estou dizendo que a empresa deu isso. O que nós fizemos? Dissemos que não é o que nós queremos, porque não adianta fazer a foto e vocês terem que levar o camarada lá para fazer a prova teórica e a biometria. Então nós dissemos para a ICE: se é isso o que vocês nos oferecem, então nós vamos buscar alternativas. E a alternativa que nós fomos buscar foi com o Ciasc, porque o Ciasc é que faz a política de tecnologia do Estado, e ele fez o processo, porque não é qualquer empresa que pode fazer a foto e a prova teórica, tem que ser empresa credenciada no Contran e na Senatran. [*Transcrição: Cátia Schaffer / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Essa empresa que o Ciasc nos ofereceu agora, que tem uma Prova de Conceito (PoC), em Paulo Lopes, faz o trabalho que nós precisamos, que é a foto, a biometria e a prova teórica. É isso o que nós estamos tentando fazer o mais rápido possível. Por quê? Porque o Governador já tem esse compromisso, mas com os percalços da vida pública, fica complicado. É diferente do Deputado Antídio, que na sua empresa ele manda fazer, vai e faz. Nós, não!

Só para vocês observarem, foi falado sobre a questão da pressa nas mudanças que nós temos. A Juliana, que é diretora Operacional, sabe que no contrato de Joinville nós saímos de um aluguel de R\$ 43 mil para um aluguel de R\$ 5 mil, sabem quanto tempo demorou esse processo, de sairmos de um aluguel de R\$ 43 mil para um aluguel de R\$ 5 mil? Foram nove meses. Nós gostaríamos de ter o mais rápido possível, mas essas entranhas jurídicas e de licitação nos colocam em uma situação... Eu não vou aceitar, assim como nós não aceitamos, o que apelidaram de Kombi, para fazer a foto. E cadê a prova? E cadê a biometria?

Então nós temos... Ah, por que só em cidade que não tem CFC é que pode? O pessoal de Florianópolis queria fazer aqui. Bom, nós precisamos respeitar a licitação que temos e ela diz que nos pontos onde tem, não podemos colocar, mas onde não tem, pela negativa deles de poderem ofertar, nós podemos abrir, sim.

Gente, eu não quero saber se é ICE, se é Thomas Greg ou qualquer outro nome de empresa. Eu quero é que vocês façam a foto, a biometria e a prova teórica no CFC de vocês. Isso é o que nós queremos, é a determinação do Governador. Agora, quem vai fazer? Bom, não sou eu, é o setor jurídico e o setor de contratos e licitações que vão definir essas questões, porque, infelizmente, não é só uma decisão nossa. A decisão é que vocês terão, sim, foto, prova teórica e biometria nas CFCs onde não tem o Detran.

(O senhor Fernando Scalcon manifesta-se fora do microfone: "Maravilha.")

Nessas cem cidades não tem CFC, não existe.

(O senhor Fernando Scalcon manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Não, não, eu fiz o levantamento. Nós temos 295 Municípios e em 100 cidades não existe CFC. Então hoje, onde não existe CFC, eles estão sendo atendidos pelas cidades mais próximas. Eu não tenho, Vereador, como colocar prova teórica, foto e biometria onde não tem CFC, porque a nossa parceria vai ser com o CFC, entendeu?

Agora, com certeza o cidadão dessas cem cidades que não poderá ser atendido na sua cidade, já está indo a um CFC próximo, fazendo o processo de aula e, automaticamente, será ali que ele poderá fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Vamos para o próximo.

Passo a palavra para o senhor Rafael Guolo, por dois minutos. Vamos pelo princípio da celeridade.

O SR. RAFAEL GUOLO – Bom dia. Gostaria de saudar os meus colegas dos CFCs e as autoridades aqui presentes.

Respondendo ao Deputado Sérgio, o Sindemosc não virá aqui, a não ser que me surpreenda e chegue repentinamente, como ocorreu em algumas situações, porque, felizmente, eles não nos representam. *(Palmas.)*

Então é isso o que eu queria dizer para o senhor.



Aproveitando, eu gostaria de dizer também que faz 26 anos que estou nesse meio, já trabalhei com despachante e estou com autoescola há 23 anos e lamento muito dizer que sinto saudade do diretor Vanderlei Rosso (*palmas*). Kennedy, eu fiz campanha para o senhor, não é nada pessoal, porém, profissionalmente o senhor está vendo aqui o descontentamento da plateia e dos nobres Deputados também.

Nós entendemos, sim, que os senhores devem adotar medidas que combatam as pessoas que não estão trabalhando da forma correta, mas acredito nas pessoas e posso afirmar que são a grande minoria da classe. Por conta disso, hoje vejo que a Atraesc, que é representada pela Yomara e pelo doutor Ricardo, deve ser mais ouvida.

Hoje nós entramos num cabo de guerra e isso foi demonstrado quando, na semana passada, nós tivemos uma decisão judicial que combateu vários pontos inconstitucionais da Portaria n° 509, e no dia seguinte não sei por que a celeridade do processo. A meu ver, foi publicada uma nova portaria com pontos inconstitucionais.

Então, essa é a minha pergunta: por que isso? (*Palmas.*)

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – A questão é a seguinte: nós já estamos... Primeiro de tudo, para nós existe credenciado. A Atraesc não é credenciada, o Sindemosc não é credenciado, a Adotesc não é credenciada e, para nós, existe o credenciado. É esse que nós respeitamos.

Em segundo lugar, essa questão da portaria já vinha sendo trabalhada, não só pelas reuniões que foram feitas, mas ouvindo inclusive, como já disse o General, filiados da Atraesc que foram lá compreender o processo.

Kennedy, por que tu não atendes a Atraesc? É simples. O primeiro casal que eu atendi quando assumi, em maio do ano passado, foi esse casal aqui. Eles foram lá, me convidaram até para uma ovelha e um vinho. O problema é o seguinte: eu tenho que o meu espaço para discutir é este aqui, Deputado, é a mesa, não é o jurídico. Eu os recebi *n* vezes lá, mas no momento em que a Atraesc preferiu escolher o caminho da Justiça sobre essa portaria – antes deles pedirem a reunião para nós, eles protocolaram um processo na Justiça questionando quinze pontos –, foi o que falei agora para o Deputado Sérgio Guimarães, eu queria fazer algum acordo com vocês aqui, mas, infelizmente, está na mão do Juiz. Não sou mais eu que vou decidir.

Por que eles não vieram conversar conosco antes de protocolarem na Justiça? Eles protocolaram lá e, a partir do momento em que protocolam na Justiça, quem defende, quem fala, é o doutor Damyan, que é o Procurador-Geral do Detran. Eu não tenho mais como fazer e é por isso que eu, com toda essa questão... Nós estávamos conversando e eu ainda pedi para o General: publica essa portaria, porque ela estava pronta há algum tempo. A questão é que como essas decisões saíram em regime preliminar... Ah, por que vocês decidiram ficar com a câmara? Bom, por duas questões: para defender vocês, porque quando chegar aqui para nós uma denúncia de assédio moral ou assédio sexual a câmara tem que ser o que vai defender vocês. É a mesma questão da proposição da Juíza, que diz que o Wi-Fi é importante para ter a fiscalização no local... Por que o Wi-Fi é importante e a câmara não é? Então, nós vamos questionar isso. É um processo normal, não teve uma sentença dada, foi uma liminar.

(*A senhora Yomara Julita Ribeiro manifesta-se fora do microfone: “Não, foi sentença, foi sentença.”*)

Então nós vamos recorrer, e vamos recorrer ao Tribunal.

Gente, a câmara não pode ser inimiga de vocês, a câmara tem que ser amiga de vocês, para que vocês se defendam desses processos aqui. Como é que vocês vão se defender se o instrutor for denunciado por assédio moral ou assédio sexual? Como é que a senhora vai se defender?

Então nós precisamos entender que tudo o que nós estamos fazendo aqui é para a defesa de vocês. E por quê? Por conta dos números.

A portaria foi publicada um dia depois, mas poderia ter sido publicada uma semana antes, que daí iriam dizer que foi publicada porque não esperaram a decisão.



Não, nós estamos fazendo o processo dentro do rito normal, e esse rito normal vai seguir.

A agenda do Detran é uma coisa, a agenda dos Deputados é outra, a agenda desta Casa é outra e a agenda da Atraesc é outra. Tudo é normal. Nós seguimos o nosso caminho porque acreditamos naquilo que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Rafael, obrigado pela participação.

A SRA. YOMARA JULITA RIBEIRO – Eu posso responder a uma situação que ele colocou sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Não. Gente, se um ficar rebatendo o outro...

A SRA. YOMARA JULITA RIBEIRO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Vamos ficar aqui o dia inteiro.

Vou pedir também, presidente, que o senhor se atente à pergunta do inscrito e responda de forma mais objetiva e prática. *(Palmas.)*

Passo a palavra ao senhor Sandro Adriano, por dois minutos. Pode ser, Sandro? *(Risos.)*

O SR. SANDRO ADRIANO – Bom dia aos meus colegas. Nós merecemos uma salva de palmas por estarmos aqui hoje, por favor. *(Palmas.)*

Presidente Sérgio, em nome do senhor, cumprimento todas as autoridades.

Presidente Kennedy, a Portaria n° 850 traz diversos moldes. Foi feito um estudo, porque isso vai encarecer muito para...

(O senhor Clarikennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Não entendi.

Moldes de operações e essas coisas todas que estão dentro da portaria. Isso vai acabar encarecendo. Essa conta ficará para o Estado, comprar equipamento, fazer isso, fazer aquilo? Eu não consigo lembrar de tudo porque fico nervoso ao falar. A pergunta é: quem vai assumir todo esse compromisso, esse custo, meu presidente?

A segunda pergunta, e depois o senhor pode complementar, é a seguinte: o senhor colocou a questão aqui de que está judicializada, a sua parceria e tal, que o senhor poderia dar uma solução para nós, mas o Estatuto do Servidor Público diz que, mesmo em Justiça, o senhor poderia nos atender e nos dar um parecer sobre esse assunto ou até mesmo fazermos um acordo hoje, aqui, certo? *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leal / Leitura: Fabiano Antonio de Souza]*

Então, as duas perguntas são essas: o custo, para quem vai ficar, o consumidor vai acabar arcando com tudo isso? Nós não temos mais condições, o senhor sabe disso, porque o nosso custo... o nosso lucro é muito pequeno, dependendo da região o preço da gasolina é absurdo e a mão de obra já custa um pouco mais caro, em Florianópolis é um custo, em Chapecó é outro e em Joinville é outro.

Essas são as minhas perguntas, senhor presidente.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Bom, em relação ao custo, pois parece que é a respeito do custo que vocês estão falando, a pista já foi solucionada, pois o que está funcionando ficou homologado. Com relação ao custo, que parece que agora é o da câmera, gente, a câmera você compra... Ajudem-me, quanto custa uma câmera? E nós tínhamos determinado o armazenamento de cinco anos e passou para seis meses, sabem? Vocês têm que entender o quanto custa uma denúncia de assédio sexual para a empresa de vocês. Esse é o negócio.

(Manifestações ininteligíveis simultâneas.)

Entenderam? Então assim, ó...

O SR. SANDRO ADRIANO – Eu concordo com o senhor, a maioria dos nossos CFCs possui câmera de vigilância o tempo todo.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Perfeito.



O SR. SANDRO ADRIANO – Eu já tive problema com um instrutor na pista de moto, que sentou atrás da aluna e a abraçou. O que eu fiz? Chamei a delegacia, fizemos um B.O., o pai da guria foi e o cara foi detido.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Perfeito. Mas e se o senhor não tivesse essa câmera?

O SR. SANDRO ADRIANO – Mas a maioria possui.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Agora vamos falar sobre o estatuto. Gente, o Detran nunca negou atender ninguém.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: “Negou.”)

Nunca negou. O presidente pode negar, e sabem por que eu nego? Porque muitas dessas questões eu não tenho a intimidade de saber, quem sabe é o meu vice-presidente, o General Ricardo Miranda. Todos vocês que quiserem falar, se eu não puder atender, o doutor Ricardo Miranda atenderá. E quando for especificamente sobre essa portaria, ele é o presidente do grupo de trabalho, então ele pode dizer, porque ele está bem por dentro do assunto. Se eu for receber vocês, eu vou ter que chamá-lo. Por quê? Porque eu tenho tantas outras coisas lá para resolver que eu resolvi delegar ao grupo de trabalho, Deputado Emerson, para que eles, junto com o pessoal envolvido e com os participantes, possam resolver.

Então todas as vezes que vocês quiserem conversar, se eu não conseguir conversar, o General Ricardo Miranda atenderá vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – O.k.

Obrigado, Sandro.

Passo a palavra para o senhor Tiago Radavelli, por até dois minutos.

O SR. TIAGO RADAVELLI – Bom dia a todos. Sinto-me honrado, neste momento, em poder representar os nobres colegas aqui, presidente. Cumprimento os nobres Deputados também e o nosso presidente Kennedy, pessoa por quem temos grande admiração.

Só pediria ao Kennedy que quando ele for se dirigir a essa “associaçãozinha”, como ele fala nos seus vídeos lá na rede social, não é apenas a doutora Yomara, todas essas pessoas que estão aqui são essa “associaçãozinha” a que o senhor se refere (*palmas*), pessoas que desde cedo até a noite, como eu, trabalham, geram emprego para manter as portas do nosso comércio abertas e sustentar as nossas famílias. Eu acho que o senhor é merecedor de todo o respeito e eu acho que nós também, não é, pessoal? Então, a partir de hoje, que o Kennedy passe a respeitar essa “associaçãozinha” porque ela nos representa.

A minha pergunta, presidente, em parte já foi respondida, por que ela também fala sobre a portaria, sobre a implantação da foto e da coleta de digital, que o senhor já colocou para nós e ficou bem claro, mas nós precisamos saber como e quando? Dois anos já se passaram da promessa, os quatro anos do governo Jorginho Mello logo se encerram, eu creio na reeleição do Jorginho, sem dúvida, mas essa promessa não pode ficar para o próximo mandato. Nós precisamos sair daqui com uma resposta ou pelo menos termos uma base de quando e como isso vai acontecer.

Outra situação: como essa medida ou essa portaria se alinha com a eficiência administrativa e com a redução de custos? Nós vemos que tudo o que nós temos que implantar nos Centros de Formação de Condutores gera custos. A CNH Social, se de um lado está querendo trazer um benefício à população, é custo para a autoescola, que vai gerar custo para o nosso cliente também.

Então gostaria de saber de que forma essa portaria vem trazer benefício financeiro não para nós, mas para o nosso cliente, que é quem está lá na ponta da corda esperando uma solução.

Peço licença para me sentar e ouvir a sua resposta. (*Palmas.*)

(*Pausa.*)

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Estou esperando ele sentar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Senta aí, Tiago. *(Ri.)*

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Sobre a foto e a biometria eu já expliquei, não depende de nós, depende dessa questão de licitação e da empresa.

Sobre a questão do CNH Emprego na Pista, quantas vagas o senhor teria hoje na sua aula teórica sem contratar mais ninguém? Quantas vagas o senhor acha que poderia colocar? Uma vaga, duas vagas?

(O senhor Tiago Radavelli manifesta-se fora do microfone: “Três ou quatro vagas.”)

Três ou quatro. Sabe o que é o Emprego na Pista? O senhor vai dizer para o setor do Emprego na Pista: olha, eu tenho três ou quatro vagas de manhã. E nós vamos pagar isso dali. Não tem a contratação de mais um instrutor. O Emprego na Pista é para vocês que têm espaços vazios, que têm uma aula para quinze e só têm dez ou têm uma aula para vinte e só têm dez. Vocês vão poder avisar o Detran: olha, eu tenho quatro vagas de manhã para o Emprego na Pista. Isso é um *plus* para vocês. Por quê? Porque vocês não vão precisar dar nada a mais, contratar nada a mais. O espaço vazio, que hoje está sendo um custo, será um benefício. O Emprego na Pista é isso.

Com relação às outras questões, nós temos que colocar que existe essa condição: tem custo, vai ter custo. Agora, não venham querer me dizer que o Emprego na Pista vai encarecer o valor do trabalho de vocês. Como vai encarecer se você está com espaço vago?

(Manifestação ininteligível fora do microfone.)

Então vai ser um. Não vai ter como encarecer, gente. Vai ser o seguinte: quantas vagas você tem? Eu tenho cinco vagas. Então eu vou botar cinco alunos lá dentro e vou pagar por esses cinco alunos. Como é que vai encarecer isso? É isso que tem que ver. Ah, e o combustível? O combustível eu vou pagar também, com a aula prática. Então esse é o negócio.

O Emprego na Pista tem um trabalho social imenso e com certeza hoje, Coronel, Fátima, nós já tivemos muita gente que no início foi contra o Emprego na Pista, mas quando foi lá, conversou e soube como é o processo, saiu credenciado. Então esse é o objetivo, não é criar uma despesa maior e, sim, ocupar o espaço ocioso que vocês têm sem precisar ter custo nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – O.k.

Passo a palavra para a senhora Nádia Martins.

A SRA. NÁDIA MARTINS – Bom dia, gente.

Nós estamos aqui hoje para pedir algo para todo mundo, não é? Nós tentamos, junto com a Associação, uma reunião, tentamos conversar antes de irmos para a Justiça. Nós temos problemas, hoje na nossa região estamos sem examinador.

Uma das perguntas feitas foi em relação às taxas, que a partir do ano que vem ou até já serão para o candidato pagar, correto? Para mim é bom? É ótimo. O que vai ficar para mim, para o nosso CFC? Somente o custo do serviço que eu estou prestando para ele. Agora, e se aquele candidato que terminou a sua aula teórica não pagar a taxa porque não tem dinheiro, eu vou perder a minha vaga? Na nossa região eu só tenho nove vagas por semana, se aquele candidato não for, eu perco aquela vaga? Como é que vai ser, será que nós vamos perder a nossa vaga? Nós temos que mandar a relação dos alunos 48 horas antes.

Essa é a nossa pergunta.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Dona Nádia, hoje nós temos um problema no Detran, que são os examinadores. Vocês lembram que quando tínhamos que fazer vistoria, íamos ao Detran; médico, íamos ao Detran; placa, íamos ao Detran. O Detran cobrava, mas não deu conta de fazer e repassou para os credenciados. O último serviço que o Detran ainda mantém é o dos examinadores. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]



Hoje nós temos 114 policiais civis que estão somente na pista e mais 36 guardas municipais que estão na pista. É por isso que o Governador encaminhou para esta Casa um projeto, e por isso eu fiz o pedido para que o Deputado Volnei Weber liberasse, no qual nós vamos eliminar a questão do examinador ser somente funcionário público, porque nós temos muitos examinadores – e não sou eu quem diz quem é examinador ou não, é a lei federal – que gostariam de trabalhar, mas hoje não podem. Os examinadores policiais civis e funcionários públicos que quiserem continuar trabalhando, poderão trabalhar, desde que seja no contraturno deles.

Então esse projeto que nós estamos enviando aqui para esta Casa – e eu peço aos nobres Pares, Deputado Emerson, Deputado Antídio e Deputado Sérgio, que nos ajudem a aprovar – eu queria que fosse aprovado o mais rápido possível, sabem por quê? E pena que não deu, porque virá o final de ano e vocês sabem a loucura que será o final de ano com os examinadores. Eu estou aqui com a Thaís, coitada, que está diminuindo cada vez mais devido à pressão que recebe por conta... Nós temos um fato, não vou dizer qual a cidade, em que o Delegado ou a Delegada brigou com o examinador e disse: aqui tu não trabalhas mais. E eu estou tendo que trazer gente de outro local, de quatrocentos quilômetros de distância, para atender os nossos CFCs. É uma briga local, entendem?

Então, com relação aos nossos examinadores, nós temos a certeza de que da forma como está sendo feito, nós vamos resolver esse problema. O Governador quer e eu também quero que os alunos de vocês terminem as aulas práticas e na mesma semana já façam o exame.

Sobre as taxas, eu também vou responder: sabem por que nós criamos essa taxa? Nós fizemos um mutirão de exames práticos aqui em Florianópolis, Vereador. Nós tínhamos 7.000 condutores esperando e nós oferecemos a metade dessas vagas, 3.500 vagas. Chamamos as duas [autoescolas] que mais têm [alunos] aqui e eu falei para cada uma: vocês vão me trazer 1.500 pessoas aqui para fazer o exame. E sabem o que elas me falaram? Como é que eu vou pagar a taxa? Como assim? Não, porque eu vendi o combo e eu não tenho dinheiro para pagar a taxa. Engraçado, não é? Você vendeu o produto e agora não tem, porque se não pagar a taxa, não tem como fazer o exame.

Então, foi por isso que nós separamos essa questão da taxa e do serviço de vocês, e agora afinamos mais ainda na primeira habilitação, para não acontecer o que aconteceu em duas autoescolas aqui de Florianópolis, que estão lá com 1.500 pessoas esperando e os donos dizem que não têm dinheiro para pagar as taxas para fazer a prova teórica e o exame prático. Lembram que eu falei que por causa desses ruins todo mundo tem que pagar? Então, nós estamos fazendo isso. O que não for primeira habilitação, você vai poder fazer lá, beneficiar o cidadão. Agora, o que nós não podemos, em virtude da nossa experiência, é deixar que vocês vendam o combo todo e na hora de pagar...

O pessoal entra em contato comigo e eu sempre respondo, e tem uma hora, Deputado Serginho, que dizem assim: escuta, o Detran não está me dando a vaga. Eu ligo para a Thaís e eu digo: Thaís, vá atrás desse CPF. E o que acontece? A autoescola não pagou a taxa e disse que a culpa é do Detran.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Está certo.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Então, essa é uma questão que nós estamos regularizando por conta desses maus exemplos que temos aqui.

(A senhora Nádia Martins manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

É que eu não posso fazer para um, eu tenho que fazer para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Gente, vamos agilizar porque ainda temos mais três pessoas esperando, por gentileza.

(A senhora Nádia Martins manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Mas o examinador vai resolver com esse projeto.



(A senhora Nádya Martins manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Não, beleza, parabéns.

É que nós temos várias. Quem é de Tubarão? Em Tubarão eu recebi reclamação de autoescolas que cobravam o exame médico e não estavam repassando. Tinha perito médico que estava há três meses sem receber o dinheiro das autoescolas. Isso não pode, gente. Isso não pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Passo a palavra para o senhor Sergio Luiz Pereira, por dois minutos. E, Kennedy, mais objetivo, um minuto.

O SR. SERGIO LUIZ PEREIRA – Bom dia, Deputado, presidente, doutora Yomara.

Eu queria apenas dizer uma coisa. Não é por causa de um Deputado corrupto que nós temos que punir todos. Então, se tiver (*palmas*) um Deputado corrupto, nós não precisamos punir todos, e as autoescolas também não.

A minha pergunta seria a seguinte: os candidatos do programa CNH Emprego na Pista serão tratados de forma diferente? Por que o índice deles não será computado? Eles não merecem a mesma qualidade de ensino?

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Bom, essa é uma questão que várias autoescolas vieram nos trazer – porque o CNH Emprego na Pista pega pessoas de baixa renda –, trouxeram para nós essa preocupação porque essas pessoas têm mais dificuldades na questão da prova. Eu não faria distinção, eu não faria distinção.

O SR. SERGIO LUIZ PEREIRA – Justamente.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Mas, ouvindo as autoescolas, que foram lá e conversaram com o presidente do Grupo de Trabalho, elas têm essa preocupação. Nós vamos colocar no nosso *site* o índice de aprovação das autoescolas e quando nós falamos isso, disseram: não, é pessoal de baixa renda que não tem tempo de estudar, que não sei o quê. Então, esse é um pedido que as autoescolas fizeram para nós, por isso nós estamos fazendo.

Dois: é verdade, se existe um Deputado corrupto, os outros não são, mas a lei é para todos.

O SR. SERGIO LUIZ PEREIRA – A lei é para todos.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Se temos escolas que não são justas e corretas, infelizmente eu não posso fazer uma lei para autoescola desse tipo e uma lei para autoescola de outro tipo. Não posso fazer como os médicos me pediram, uma portaria para Florianópolis e outra para fora. Não dá para fazer, entendeu? Então esse é o tamanho. Mas esse foi um pedido das autoescolas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Obrigado, Sergio.

Passo a palavra para a senhora Daniela Miguel.

Gente, eu peço agilidade, nós temos dez minutos para encerrar esta audiência pública, porque na sequência vai começar outra. Dois minutos, Daniela.

A SRA. DANIELA MIGUEL – Bom dia a todos.

Pegando a fala do meu colega ali, senhor presidente, realmente é difícil fazer uma lei para cada setor, para cada particularidade, mas nós não precisamos de uma nova lei. Nós só precisamos que seja fiscalizado o que já está em portarias há muitos anos, não precisamos de uma nova portaria (*palmas*), o que falta é fiscalização e nós estamos lá para fiscalizar.

O problema das câmeras na moto, por exemplo, senhor presidente, não é por nós sermos filmados, de um instrutor ser filmado, é a logística, é o armazenamento, mesmo que seja por seis meses. Ah, mas se a câmera está lá para a nossa proteção, por que não tem câmera no carro também, por exemplo? É a qualidade do nosso serviço que será medida por meio dessas câmeras? Qual o objetivo delas? E se foi decretado como inconstitucional, não seria uma decisão desrespeitando essa decisão?



Eu fico muito triste, sabe, de estar lá no meu trabalho, preocupada com os alunos, com o pedagógico, e ver o senhor que tem uma fala tão importante na nossa sociedade, tratar as autoescolas tão por baixo, medir o nosso trabalho tão por baixo. Eu fico triste (*palmas*) e desmotivada, porque nós não somos esses profissionais que ouvimos falar por aí. É desmotivante.

E a minha pergunta é se o monitoramento das câmeras não seria um desrespeito à decisão judicial?

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Eu nunca desrespeitei uma decisão judicial. Nunca! Agora, sempre vou recorrer em toda a possibilidade que tiver. Eu não estou desrespeitando decisão judicial, a senhora está errada. Quem fez a pergunta tem maldade.

Doutor Damyan, nós estamos desobedecendo a uma decisão judicial?

(*Manifestação inaudível fora do microfone.*)

Está em prazo recursal e nós vamos recorrer. Então, colocar em mim uma pecha de que eu não cumpro decisão é errado. Agora, nós vamos recorrer e vamos entrar em defesa, até porque a questão dos examinadores que vão fazer as provas nas pistas de moto de vocês, a câmera também vai dar uma segurança, porque não são somente os instrutores, os examinadores com esse projeto também irão fazer a prova lá na pista de vocês e imagina o quanto vocês vão ter que estar preocupados. Aí vai ter um aluno lá que vai dizer que o examinador pediu dinheiro para ele e tal, como é que o proprietário vai se defender? Vocês têm que entender isso. Ah, mas é um custo... Gente, as vistorias fazem isso. As vistorias fazem isso e elas têm até... quantos anos de armazenamento é para as vistorias? São cinco anos. E as vistorias pagam R\$ 27,00 para o Detran, para o Ciasc, por cada carro vistoriado.

Então nós temos que entender que vocês estão com uma visão, com todo respeito, um pouco diferente daquilo que a Corregedoria propôs. A Corregedoria propôs a câmera para dar segurança para vocês. Foi por conta, infelizmente, da minoria? Infelizmente, da minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – O.k.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – É que nós precisamos tocar, entendem? Essa é a questão. Não tenham a câmera como o inimigo de vocês, mas como um amigo. Essa é a posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – O.k., presidente.

Antes do último inscrito fazer uso da palavra, eu quero cumprimentar o nosso colega, Deputado Massocco, que também faz parte desta Comissão.

Vossa excelência tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MASSOCCO – Bom dia, Presidente Sérgio e demais Deputados que se fazem presentes. Cumprimento também todos vocês que aqui estão em busca dos seus direitos, das suas reivindicações, e parabênzulo o presidente Kennedy pelo trabalho que vem fazendo à frente do Detran. É muito importante a participação de vocês neste momento. É claro que o bom seria vocês não estarem aqui, porque aí não haveria descontentamento, mas é muito importante ouvir vocês que estão aqui. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Vera Regina Zacca*]

Tenho a certeza de que o presidente Kennedy vai fazer uma avaliação de tudo aquilo que foi colocado aqui hoje, da importância da reivindicação e vai buscar o melhor caminho. Acredito que um cede um pouco de um lado e um pouco de outro lado se constrói algo importante para todos vocês. E contem comigo nessa batalha, nessa luta, contem com a participação do governo do Estado. Tenho certeza absoluta de que o Governador vai buscar o melhor para todos.

Então, Kennedy, o que nós podemos fazer é encontrar uma alternativa para essas pessoas, se não conseguirmos atingir tudo aquilo que elas almejam, pelo menos parte, para que possamos realmente ter uma decisão que fique boa para todos.



Coloco-me à disposição, deixo um forte abraço e parabênzo o trabalho de todos vocês e também do Detran.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Obrigado, Deputado Massocco.

Passo a palavra ao Vereador do Município de Xanxerê, senhor Sidinei Mesnerovicz, por até dois minutos.

O SR. VEREADOR SIDINEI MESNEROVICZ (Xanxerê/SC) – Bom dia, senhor Presidente, bom dia também ao presidente do Detran, Kennedy.

Eu sou Vereador de Xanxerê e venho aqui representar também os CFCs da nossa região. Nós fizemos uma reunião com o CFC da 16ª Regional, Kennedy, e também no ano passado estive no seu gabinete, nesse processo de desvinculação do Detran. É importante salientar aqui que a nossa principal função, enquanto CFC, é educar para o trânsito, e hoje nós estamos aqui desvirtuando. Se formos analisar todo esse processo, e estamos numa questão de legalidade, eu vejo que é importante e uma cobrança muito grande do CFC é a questão da desvinculação também dos CFCs do Detran, de ter mais autonomia, principalmente nessa questão da própria foto, que foi citada aqui no início do processo.

Na nossa região nós temos uma situação adversa, que acredito que tem em quase todo o Estado, de cobrar as taxas junto no processo de habilitação. Lá as pessoas querem chegar e pagar tudo, não querem ter essa questão das taxas, até porque depois tem CFCs para os quais é preciso apurar essas irregularidades, bem mencionadas aqui, CFCs que estão fazendo as coisas erradas, Antídio. Então isso nós todos concordamos, inclusive nessa reunião feita lá. É preciso que seja apurado, mas também entra a questão da dificuldade, da competição desleal às vezes, que eu vejo que foi avançado nos últimos anos para que todos os CFCs consigam ter igualdade nessa questão, que eu acho que é muito importante.

Então essa desvinculação do CFC está tendo um tratamento, hoje, pois somos nós que carregamos todo o peso, se formos analisar, da incumbência de formar os condutores...

(Manifestação interrompida por término do tempo estabelecido.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Obrigado, Sidnei, nosso último inscrito.

Bom, a Yomara teve algumas citações ao longo das falas, então nós vamos conceder o tempo de dois minutos para ela fazer as suas considerações finais.

A SRA. YOMARA JULITA RIBEIRO – Perfeito, agradeço, Presidente.

Primeiro, eu gostaria de fazer uma colocação aqui, presidente Kennedy, que a advogada é uma coisa e a Atraesc é outra, eu represento essas pessoas aqui e são coisas diferentes. Quando eu atuo em um processo jurídico, é diferente da minha atuação na Atraesc.

Outra situação: eu espero que o senhor não leve nada para o pessoal, porque essa questão nunca foi pessoal, o que nós estamos fazendo aqui é ser porta-voz dessas pessoas que estão aqui hoje.

No caso das câmeras, sim, foi julgado inconstitucional, nós entendemos que é uma afronta ao Judiciário, porque é uma manobra para descumprir aquilo que já foi julgado inconstitucional em sentença. Em caso de assédio, de que forma nós procedemos? Encaminhamos o candidato para a delegacia para registrar um Boletim de Ocorrência e de imediato é feita a demissão desse funcionário. É assim, porque tem na moto, no carro, enfim, em vários outros setores existem questões de assédio. Aposto que tem dentro do Detran, aqui nesta Casa e em vários outros lugares também. Então nós não podemos passar a régua por baixo.

Sobre a questão da CNH Social, não se trata de sobra de vagas e, sim, o valor que é ofertado, que é abaixo do custo, que não cobre o custo. Eu acho que ali começou essa situação.



Sobre a questão de o senhor negar atendimento, o senhor fez a negativa de atendimento e nós encaminhamos um ofício antes mesmo de ser judicializado, eu tenho isso documentado. O senhor inclusive saiu falando da Atraesc e da representatividade que nós temos em algumas regionais. E sobre a questão dos projetos encaminhados, sobre o que nós colocamos como sugestão, sim, nós colocamos algumas sugestões e foram alteradas, porque o nosso modelo de sugestão para credenciamento é muito diferente do que foi posto hoje.

Assim, eu gostaria de pedir, já que nós estamos tendo esse diálogo e é notório que descontenta a todos, que essa portaria fosse suspensa, que de fato fosse aberto o diálogo com a categoria, com a Atraesc, que é a maior entidade representativa, e isso independe de processo judicial. O senhor sabe quantas vezes eu pedi para o senhor conversar com essas pessoas aqui e o senhor disse não? Vamos ver depois, vamos ver posteriormente. Eu quero dizer que hoje todos nós aqui somos uma grande família e estamos juntos nessa briga. Está bom? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Obrigado, Yomara.

Antes da minha fala, o Kennedy só vai responder a pergunta do Vereador Sidinei Mesnerovicz.

Um minuto presidente.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Vereador, em relação à Xanxerê, nós vamos sair da Polícia, já temos outro local pronto lá, já está adiantado. O Detran, como vocês sabem, está em processo de saída de todas as polícias, da Alerj, de todas as delegacias, essa é a determinação do Governador Jorginho Mello, para que os policiais civis possam ser encaminhados a sua atividade fim, que é a investigação de crimes, e que o Detran possa ser feito dessa forma, possa caminhar com as próprias pernas. Então, lá já está sendo feito isso.

Com relação à foto e à biometria, já respondi. Eu queria que isso daí já tivesse lá, quando eu comecei a conversa com o ICE eu já queria que fosse colocado.

Mas para encerrar, Deputado, se vossa excelência me permite, eu queria agradecer mais uma vez essa possibilidade de trazer isso aqui e dizer que o Detran sempre estará aberto. Com relação à Portaria nº 850, aos grupos de trabalho e às outras portarias, é com o General Ricardo Miranda, porque ele comandou esse processo, ele conversa e depois traz aqui e nós decidimos em conjunto as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) - Trinta segundos para concluir, presidente.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – Mas eu queria dizer uma coisa para vocês – porque eu acho que é muito mais importante vocês se preocuparem com uma discussão do que com uma câmera. O governo federal está querendo tirar a obrigatoriedade das aulas práticas e teóricas dos CFCs. Isso é importante nós discutirmos, eu estive em uma reunião no Senatran, doutora Yomara, em que o diretor do Senatran falou sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) - Trinta segundos para concluir.

O SR. CLARIKENNEDY NUNES – eu falei que é importante nós mantermos a educação obrigatória, porque se está ruim, como é que vai ficar? E sabe o que os meus colegas diretores e presidentes de Detran falaram para mim naquela reunião, em que eu estava lá em Brasília no Senatran? Eles disseram: você tem autoescola para defender isso aí Eu disse que não, que eu não tinha autoescola, não tinha ninguém que tivesse autoescola, mas eu sabia da importância que a autoescola tinha na formação do motorista. Isso porque o governo federal tem a habilitação como uma inclusão social. É isso o que nós precisamos e não são só vocês, nós precisamos levantar...

(Manifestação interrompida por término do tempo estabelecido.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sérgio Guimarães) – Antes de encerrar, eu quero fazer uma pergunta aqui, Kennedy e General Ricardo: quantos



proprietários de autoescolas nós temos aqui hoje? Levantem a mão para mim, por gentileza.

(A maioria da plenária levanta a mão.)

Proprietários, nós temos quantos aqui, mais ou menos? Yomara, ajude-me aqui. Hoje são uns trezentos donos dos CFCs?

Presidente Kennedy, General Ricardo, eu faço um apelo para vocês: a maioria que está aqui hoje viajou quinhentos quilômetros, seiscentos quilômetros, setecentos quilômetros para estar aqui, para ter essa oportunidade na Assembleia Legislativa, aqui em Florianópolis. Abram novamente o diálogo com essa categoria, vocês puderam ver a fala de todos os Deputados aqui, têm que conversar. A maioria está aqui, presidente Kennedy. Reveja, receba esses profissionais.

Eu quero dizer para vocês que este Deputado aqui, como disse o Deputado Volnei Weber, é Deputado de chão de fábrica, é Deputado que dá vez e voz para as pessoas. Vocês podem ter certeza de que vocês têm o Deputado Sérgio Guimarães e os Deputados desta Comissão ao lado de vocês (*palmas*), vamos lutar, vamos trabalhar juntos para que as reivindicações de vocês, as demandas de vocês sejam atendidas. Volto a dizer, a maioria está aqui e a maioria deve ser ouvida, merece respeito, atenção e carinho. Presidente Kennedy, com todo o respeito, independentemente de estar na Justiça ou não, chame o pessoal novamente para o diálogo. O que passou, passou, vamos olhar para frente e o que pudermos rever, vamos rever, o que pudermos ajustar, vamos ajustar. O povo está aqui, o povo merece ser ouvido.

Obrigado pela presença de vocês. Obrigado por terem vindo e contem conosco.
(Palmas efusivas da plenária.)

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Djonathan Costa / Leitura Final: Marivânia Pizzi]

**DEPUTADO ESTADUAL SÉRGIO GUIMARÃES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**